

# JOÃO RIBEIRO

## ENTRE HISTÓRIA, GRAMÁTICA E FILOLOGIA

*Roosevelt Araújo da Rocha Júnior*

### RESUMO:

Na segunda metade do século XIX, teve início um processo de gramatização da língua portuguesa falada no Brasil. A Filologia desempenhou um importante papel fornecendo a base teórica e científica para a produção de dicionários e gramáticas. Neste trabalho pretendo examinar de que maneira Gramática e Filologia se relacionam; que conceitos estão em jogo; de que maneira a Gramática lança mão da Filologia e como essa legitima a primeira. Para isso, escolhi como objeto a obra gramatical de João Ribeiro, importante intelectual daquela época.

**Palavras-chave:** Gramatização, Filologia e João Ribeiro.

A partir da segunda metade do século XIX, os estudos da língua portuguesa no Brasil começam a ganhar um caráter destacado e específico dentro do ambiente intelectual da época. Desde então, por um lado, muitos pensadores se dedicaram a demonstrar que o português falado no Brasil era diferente do português falado em Portugal e, por outro, desenvolveu-se um movimento de gramatização brasileira do português que produziu tecnologias e instrumentos lingüísticos tais como dicionários e gramáticas (Cf. Guimarães e Orlandi, 1996:127).

E dentro deste processo de gramatização, a Filologia desempenhou um papel importante, servindo de base teórica e científica para a preparação dos instrumentos lingüísticos que foram produzidos no final do século XIX e ao longo do século XX. Meu objetivo, com este breve trabalho, é entender um pouco melhor de que maneira Gramática e Filologia se relacionam; que conceitos estão em jogo; de que maneira a Gramática lança mão da Filologia e como essa legitima a primeira.

Para estudar essa questão, decidi ler alguns textos de um autor de grande relevância no contexto do processo de gramatização brasileira da língua portuguesa: João Ribeiro. Nascido no Estado de Sergipe, João Ribeiro chegou ao Rio de Janeiro em 1880. Escreveu

algumas gramáticas e tinha grande aptidão para os estudos lingüísticos. Era pintor, músico, poeta formado em direito, autor de uma *História do Brasil* e refinado escritor (Orlandi, 2002:138).

## JOÃO RIBEIRO E SUA GERAÇÃO

Mas antes de abordar a obra de João Ribeiro, cabe fazer um breve percurso acerca da época e da geração do autor aqui estudado. Nosso guia nesse caminho será Maximino Maciel (1996) que, no seu *Breve Retrospecto sobre o Ensino da Língua Portuguesa*, destaca os principais fatos e nomes que marcaram a história dos estudos da linguagem no Brasil na virada do século XIX para o XX.

Nesse texto, Maciel começa dizendo que, quando publicou sua *Grammatica Analytica* em 1887, a ciência da linguagem passava por um momento de transição. A orientação e o método de aprendizado de línguas estavam deixando de ser norteados pelas idéias dos antigos gramáticos portugueses, tais como Soares Barbosa, Bento José de Oliveira, Lage e outros. Havia importantes trabalhos feitos por brasileiros, porém eles se limitavam aos critérios filológicos, nos quais os fatos da língua estavam separados das doutrinas gramaticais. Ou, em outras palavras, os estudiosos da língua não estavam acompanhando a evolução, a transformação da linguagem contemporânea a eles.

Com isso, o ensino da língua encontrava-se imobilizado por causa dessa obediência aos moldes dos autores portugueses. Contudo, na Capital (Rio de Janeiro), estava em marcha o processo de valorização do método histórico-comparativo aplicado ao ensino das línguas, especialmente da vernácula. O Colégio Pedro II era o centro de onde se irradiava a nova orientação, esta “verdadeira Renascença dos estudos philologicos no Brasil” que se deu principalmente sob a influência de autores alemães tais como Max Muller e Franz Bopp e de franceses como Darmesteter. A partir de então os intelectuais começaram a introduzir na lingüística o critério experimental e positivo e romperam com a tradição e a rotina dos antigos gramáticos portugueses.

Nessa época, Pacheco Júnior já vinha publicando seus primeiros trabalhos e o professor José M. Nunes Garcia se destacava

no Pedro II na cátedra de português, embora não tenha escrito nenhuma obra que deixasse alguma marca na sistematização doutrinária dos estudos da linguagem da época. Júlio Ribeiro publicou então sua *Grammatica*, sob forte influência de filólogos alemães, ingleses e franceses. Mas, mais do que uma obra em que se mostrasse a individualidade do autor com seus processos e métodos próprios, seu trabalho parecia mais uma adaptação das idéias daqueles mestres estrangeiros à nossa língua. Contudo, seu trabalho teve grande valor, porque foi o primeiro a levar a um livro didático a nova orientação, ajudando a subverter a rotina e servindo como modelo para gramáticas que seriam publicadas posteriormente.

A essa nova orientação estavam ligados, por exemplo, Fausto Barreto, Alfredo Gomes, Pacheco Júnior, Lameira de Andrade, Said Ali e João Ribeiro. E foi Fausto Barreto quem deu o golpe de misericórdia nas velhas idéias e irradiou os delineamentos gerais e o trabalho de síntese das novas concepções lingüísticas. Depois de receber uma formação ampla em humanidades e no curso de Medicina, Barreto chegou à conclusão de que as línguas se comportam como organismos vivos e que, por isso, o método positivo das ciências biológicas deveria ser aplicado ao estudo delas. Tendo sido nomeado catedrático do Colégio Pedro II e, depois, da Escola Normal, Fausto Barreto encontrou o ambiente propício para difundir e fortalecer as novas doutrinas e, assim, assumir o papel de orientador do ensino da língua vernácula.

Fazia-se necessário livrar o estudo da língua dos velhos defeitos e remodelar o aprendizado das humanidades, dando-lhe uma nova orientação, mais segura e mais consoante com as necessidades da época. Por isso, Fausto Barreto foi encarregado, em 1887, de remodelar o plano do ensino dos cursos preparatórios. Esse novo programa teve grande influência e marcou o início de uma nova época no ensino das línguas, emancipando a vernácula das atrasadas doutrinas dos autores portugueses até em então em uso.

Foi nesse contexto que Pacheco e Lameira, Alfredo Gomes e João Ribeiro, nomes já reconhecidos no magistério, escreveram suas gramáticas, baseadas no programa que Fausto Barreto elaborara, no qual se fazia notar o espírito de síntese, o critério filológico e o novo rumo que o ensino e o estudo da língua portuguesa deveriam tomar.

A esse programa se subordinaram a orientação e a reforma do ensino da língua vernácula.

Dentre as gramáticas que se basearam no programa de Fausto Barreto, a de Alfredo Gomes e a de João Ribeiro ganharam notoriedade e rapidamente foram adotadas pelos professores de língua portuguesa. Alfredo Gomes produziu trabalhos didáticos principalmente sobre a gramática portuguesa e sobre a francesa. João Ribeiro, como veremos, levará seus interesses a fronteiras mais largas. Suas gramáticas deram uma contribuição decisiva para a disseminação e a vulgarização das novas doutrinas, por causa do reconhecimento que seus trabalhos alcançaram. Porém, João Ribeiro recebeu algumas críticas de Maciel (1996:11-12). Segundo esse, Ribeiro demonstrava ser dono de grande erudição, mas lhe faltava capacidade de sintetizar e de sistematizar. Ele foi um analista perspicaz e um renomado filólogo, mas nunca elaborou uma teoria, uma doutrina coerente que apresentasse uma marca de originalidade.

Vale reforçar que, com a publicação do programa de 1887, aconteceu um verdadeiro Renascimento dos estudos da língua vernácula no Brasil. Na imprensa e nas escolas se discutiam os fatos da língua sob a influência das doutrinas modernas delineadas a partir do critério histórico-comparativo. Sucedeu a remodelação geral da gramática. Foram eliminados os defeitos e a metafísica característicos da escola *clássica* de Soares Barbosa, Bento José de Oliveira, Lage, Sotero dos Reis, Freire, Soares Passos e outros. Em contraste com essa escola, surgiu a *positiva* que estudava a língua vernácula como fenômeno natural, como um organismo destinado a evoluir e a apresentar o metabolismo glótico, cujos fenômenos são passíveis de ser sistematizados num corpo de doutrina.

## JOÃO RIBEIRO E A HISTÓRIA

Grosso modo, esse era o quadro intelectual no que diz respeito aos estudos da linguagem da época em que João Ribeiro produziu suas obras. Mas, além de filólogo e estudioso da gramática, Ribeiro também foi historiador e sua atividade historiográfica está diretamente relacionada com seus estudos de língua. Por isso, penso que é importante lançar um rápido olhar sobre essa parte de sua obra.

Quando nossa historiografia começava a dar seus primeiros passos, no século XIX, ela surgia eminentemente marcada pela influência de autores de origem inglesa e, sobretudo, de origem alemã. A história nacional passou a ser escrita com um maior senso de objetividade graças à contribuição do espírito germânico. Esse espírito se expressa na maior preocupação com os dados objetivos, na leitura atenta das fontes documentais (objetividade dos documentos) e através da isenção de preconceitos e orientações tendenciosas.

Porém, autores como Southey, Armitage, von Martius, Handelmann e Vernhagen, historiadores que introduziram esses novos métodos e orientações, ainda tinham uma concepção limitada do campo de ação da sua disciplina. Eles ainda acreditavam que o papel da História era reconstituir os quadros da política e da administração dos tempos passados e tinham seu pensamento profundamente marcado pela fórmula de Ranke, o qual afirmava que a História deve gravitar em torno do Estado. Esse tipo de orientação é o que comumente é chamado de ‘história política’, na qual os ocupantes e a luta pelo poder político estão no centro das atenções.

João Ribeiro surgiu na historiografia brasileira para romper com esse ponto de vista limitado. Aconteceu, então, uma verdadeira cisão entre ele e os historiadores que o precederam. Seu ponto de vista tinha origem em um movimento renovador, a *Kulturgeschichte*, que, não por acaso, surgiu na Alemanha. Em viagem àquele país, ele estudou os processos de ensino de história e desenvolveu um método em que a disciplina histórica passou a ser entendida como processo de desenvolvimento social que abrange todas as formas de expressão cultural. O povo deixa a posição de fundo decorativo e passa a ser o elemento principal do quadro. Nossa história, a partir de então, “deixou de ser a história de governadores, vice-reis e imperadores para ser a história natural do povo brasileiro”, segundo as palavras do filho de João Ribeiro, Joaquim Ribeiro (1960: III-VI).

Com isso, João Ribeiro deixa de considerar como mais importantes a noção de Estado e os acontecimentos políticos e administrativos e valoriza todas as formas da cultura, sob influência da *Kulturgeschichte* germânica, da qual ele foi o divulgador no Brasil. Por isso, em sua *História do Brasil*, ele tratará da formação

do povo brasileiro; evidenciará as tendências e características da nossa coletividade; traçará as linhas gerais do nosso desenvolvimento histórico e mostrará a relação da nossa história com o desenvolvimento da cultura ocidental.

Ao propor tal mudança de perspectiva, ele opera uma virada política no modo de observar a história e, como veremos mais à frente, faz o mesmo com suas propostas para o estudo da gramática. Com João Ribeiro, como afirma Orlandi (2002:139), “nossa história deixa de ser a história dos governantes para ser a história do povo brasileiro”. Da mesma maneira que seu conceito de história não exclui a cultura e o povo brasileiros, sua gramática significa um esforço de inclusão e de afirmação da nossa identidade, constituindo-se num instrumento lingüístico para a sociedade brasileira, utilizado primeiro no Colégio Pedro II, onde ele era professor de história, e depois adotado extensivamente no sistema educacional brasileiro.

## JOÃO RIBEIRO E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO

Em relação à gramatização, haveria muito a dizer acerca de João Ribeiro, mas nos limitaremos aqui a comentar somente duas de suas obras. A sua *Grammatica Portugueza*, dirigida ao curso superior, na sua 22ª edição, apresenta algumas características interessantes que nos fazem pensar sobre a ligação entre a Gramática e a Filologia. Ela foi reformulada pelo autor, “que buscou elevá-la ao nível das informações da philologia romana”, como aparece nas primeiras linhas da ‘Advertencia’. Além disso, o autor declara ter consultado obras de autores (muitos deles, filólogos consagrados) de variadas nacionalidades: brasileiros, portugueses, espanhóis, alemães, franceses e ingleses, o que demonstra que João Ribeiro estava aberto à influência de diferentes tradições, em contraste com a atitude de intelectuais de épocas anteriores que se colocavam sob a influência somente da tradição lusitana. Ribeiro diz também que a sua não é uma gramática histórica, pois esta ainda não poderia ser ensinada no Brasil por se tratar de um tema mais adequado ao ensino universitário, o qual não existia na época. Entretanto, ele deixa claro que a sua *Grammatica* foi inspirada no método histórico-comparativo de A. Bain.

Já podemos observar que é grande o valor que João Ribeiro atribui à explicação histórica dos fatos de linguagem. Ele tinha forte interesse pela gramática histórica porque essa era a disciplina que concedia valor científico ao estudo sobre a linguagem, como sublinham Orlandi e Guimarães (2001:29-30) e Baldini (2002:33). É nessa ponte com a gramática histórica que aparece a ligação com a Filologia, pois, em certa medida, esta se constitui como campo dos estudos histórico-gramaticais, como lembra Câmara Jr. (1972:183).

Mais à frente, nos “Prolegomenos” de sua *Grammatica*, João Ribeiro apresenta sua definição de gramática: “é a coordenação e exposição das regras da linguagem”. Nota-se aí o acento colocado nas ‘regras’. Segundo ele, sua definição decorre da observação dos fatos da linguagem e diz que toda língua tem uma gramática, porque as idéias tomam variações suscetíveis de serem generalizadas, colocadas sob a forma de ‘leis’ ou ‘regras’. A gramática seria, de acordo com ele, o sistema geral destas leis. Entretanto, ele deixa claro que estas leis não têm um caráter imperativo, mas representam ‘tendências’ em um grupo étnico e lingüístico específico. Alguns parágrafos depois, Ribeiro explica que “não são os factos, mas as suas relações que constituem a grammatica”. A meu ver, é a partir justamente da observação destas relações entre os fatos da linguagem que se podem depreender as regras, as leis, as tendências. E me parece que a explicação histórica (método histórico-comparativo) está pressuposta nesta observação.

Em seguida, nosso autor diz que existem dois tipos de gramática: a geral e a particular. Gramática geral, segundo ele, é a que expõe os princípios lógicos da linguagem. Este era o conceito da gramática filosófica. E gramática particular é a que expõe os princípios e as particularidades especiais de cada idioma. Mas além dessas, há também a gramática histórica que é a que estuda os fatos da língua em seus diversos períodos, desde a origem e formação até o período atual. E existe a gramática comparativa, que, segundo João Ribeiro, é a verdadeira *gramática geral*, e estuda os fatos comuns ou diferentes, em grupo de línguas que têm a mesma origem. Ele diz ainda que o estudo histórico e o comparativo são inseparáveis e são aplicações do método histórico-comparativo, que é essencial à ciência das línguas.

Algumas linhas depois, ele deixa clara sua ligação com a Filologia ao declarar que a antiga gramática geral ou filosófica caiu em desuso, mas que, contudo, seu estudo não seria estéril se estivesse fundado no conceito da história e da comparação, cuja contribuição seria indispensável ao estudo superior das línguas.

Até aqui João Ribeiro não apresenta um conceito de gramática que traga a idéia da prescrição. Essa idéia vai aparecer na concepção de gramática descritiva, também chamada de expositiva ou prática, que é a arte que ensina a falar e a escrever corretamente, isto é, segundo o uso das pessoas dotas. Nesse ponto também aparece uma valorização da explicação histórica, científica, pois, certos fatos da língua que a gramática prática chama de irregulares, o método histórico-comparativo elucida sem problemas demonstrando a regularidade etimológica primitiva. Em outras palavras: o que a gramática prática não consegue explicar, a gramática histórico-comparativa, de base científica, consegue.

Além da *Grammatica Portugueza*, João Ribeiro escreveu também um *Diccionario Grammatical*, no qual ele apresenta os conceitos de gramática e de filologia. Sobre a gramática, ele começa dizendo que o seu conceito varia de acordo com o entendimento e com o progresso das épocas. Ela pode ser considerada sob muitos aspectos e, por isso, as definições são variadas. Mais uma vez aparece o conceito de ‘gramática prática’ que é o conjunto de regras que definem o uso correto do idioma, isto é, conforme o uso das pessoas dotas ou dos escritores clássicos. Esta gramática prática seria equivalente ao que nós chamamos, hoje em dia, de gramática normativa.

Mas a gramática pode ser considerada também como a ciência cujo objeto são os fatos da linguagem. E ligada a essa concepção estaria o conceito de ‘gramática geral’, que seria a ciência dos princípios comuns a todas as línguas. Esse tipo de estudo estaria mais ligado à Lógica e à Psicologia. Ele apresenta também o conceito de ‘gramática comparativa’, que estuda os fatos de uma língua em relação aos de outra, destacando o que há de comum e de diferente entre elas. Em seguida aparece o conceito de ‘gramática histórica’, que é “a sciencia dos factos da linguagem, estudados na sua evolução total, a partir das suas origens”. Porém, como não se

pode estudar a história das línguas modernas sem compará-las, é preferível, segundo João Ribeiro, adotar a denominação ‘gramática histórico-comparativa’ quando se trata da história das línguas românicas. Esse tipo de estudo, baseado na história e na comparação, teve suas origens nos estudos filológicos que surgiram na Antigüidade Clássica e a importância dessa origem sempre foi grande.

Sobre o conceito de filologia, é interessante notar que não há um verbete específico para o termo no *Diccionario Grammatical* de João Ribeiro. A definição desse conceito aparece no verbete ‘lingüística’, o que parece indicar que, para ele, a filologia e a lingüística estariam próximas. O problema está em saber que nome usar para designar o “estudo methodico da linguagem”. A distinção se estabelece no uso dos termos ‘espontâneo/popular’ e ‘literário’: a lingüística seria a ciência dos fatos da linguagem espontânea, popular, e a filologia seria a ciência dos fatos literários das línguas. A filologia tem uma abrangência maior, pois abarca a crítica textual, o comentário a textos antigos e a história das línguas (por isso podemos dizer que a gramática histórico-comparativa é um estudo de caráter filológico). A lingüística, por outro lado, estuda apenas a linguagem como expressão do pensamento, como manifestação da inteligência humana em ação. Depois destas colocações, a distinção entre lingüística e filologia fica clara.

## CONCLUSÃO

Assim, vimos que, nas obras estudadas de João Ribeiro, a filologia não aparece diretamente relacionada à gramática, mas a ligação se dá através da presença marcante da gramática histórico-comparativa, a qual aparece como garantia do caráter de cientificidade atribuído aos estudos gramaticais. É a contribuição da filologia, na forma dos estudos histórico-comparativos, que permite que os estudos gramaticais possam ser considerados científicos. Cabe lembrar que o conhecimento científico, no final do século XIX e princípios do XX, estava experimentando uma evolução vertiginosa e, por isso, o conceito de ciência ganha proeminência, inclusive no domínio dos estudos da linguagem. A recorrência da palavra ‘sciencia’ na *Grammatica Portugueza* e no *Diccionario*

*Grammatical* poderia ser explicada pela necessidade de legitimação da gramática como ciência dos fatos da linguagem. E é esse o papel da gramática histórico-comparativa: conceder essa legitimidade aos estudos gramaticais em geral.

É importante também colocar outras questões. Primeiramente, o que há de comum, no pensamento de João Ribeiro, entre a História, a Gramática e a Filologia? A meu ver, um conceito básico, extensivamente empregado pelas três disciplinas é o de ‘fato’, seja na expressão ‘fato histórico’, seja na combinação ‘fato de linguagem’. Mas o que é um ‘fato’? O conceito de ‘fato histórico’ começou a ser empregado pelos historiadores influenciados pelo Historicismo de Ranke, corrente profundamente marcada pelo Positivismo da segunda metade do século XIX. Nesse contexto, ‘Fato’ é um acontecimento ou fenômeno cuja veracidade pode ser comprovada através do estudo ou exame de documentos. Por isso, notamos a valorização do documento (primeiramente, o escrito) na virada do século XIX para o século XX. Essa maneira de considerar o documento como elemento primordial que garante a confirmação da veracidade de um fato está presente nos textos dos gramáticos brasileiros daquela época, inclusive nos de João Ribeiro. Basta lembrar que Maciel (1996:6) critica Júlio Ribeiro porque esse não utiliza “exemplos hauridos aos monumentos literários”, dando em seu lugar exemplos cunhados por ele próprio.

E daí surge a discussão acerca da normatividade. A norma, em João Ribeiro, está baseada no uso que pode ser estudado nos documentos que são as obras dos grandes autores da literatura de língua portuguesa. Como os hábitos de linguagem desses autores acabam sendo absorvidos pelas pessoas que travam contato com suas obras (geralmente, pessoas das classes média e alta), a linguagem empregada por essas pessoas que têm uma boa formação intelectual e cultural também é considerada como padrão definidor da norma.

Desse ponto de vista, é necessário perguntar qual a importância da língua do povo? João Ribeiro foi o divulgador no Brasil do movimento da *Kulturgeschichte*, o qual passou a dar um lugar de proeminência para a cultura e o povo. Entretanto, cabe lembrar que ‘cultura’ aqui não se confunde com o conceito moderno de cultura, preconizado pela antropologia do século XX, o qual

engloba todos os hábitos e tradições reproduzidos e reinventados por um grupo de seres humanos ao longo de gerações. O conceito de 'Cultura', para os pensadores alemães que influenciaram João Ribeiro, estava mais próximo do conjunto das altas manifestações do espírito, isto é, as artes, a religião, as ciências e a filosofia. O que interessava não era toda e qualquer realização de um grupo populacional, mas os produtos intelectuais valorizados por uma elite letrada e detentora de certo *status*.

Dessa maneira, quando João Ribeiro fala em 'povo', ele certamente não está pensando em todos os habitantes do Brasil irrestritamente, mas o que ele tem em mente é uma entidade idealizada que está na base do conceito de 'nação', que é um conceito central tanto para europeus como para brasileiros naquele momento. 'Povo', então, assim como a 'nação' e a 'língua nacional', ainda é algo por se fazer, por se constituir, por se afirmar. E nesse processo de criação e afirmação da identidade do povo brasileiro, a gramatização terá um papel muito importante.

É possível afirmar, então, que, no pensamento de João Ribeiro, História, Gramática e Filologia se encontram na adoção de certos métodos (o método histórico-comparativo, mais especificamente) e conceitos (alguns deles tomados ou adaptados das ciências biológicas, por influência do Positivismo dominante no final do século XIX e no início do século XX) e também na defesa da especificidade da cultura e da língua do povo brasileiro que, há pouco, se tornara independente e estava se constituindo como nação.

## BIBLIOGRAFIA

BALDINI, Lauro (2002) "João Ribeiro e Mattoso Câmara entre os fatos da linguagem", em Orlandi, Eni P. e Guimarães, Eduardo (orgs.) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem*, Campinas, Pontes.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1972) *Dispensos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

GUIMARÃES, Eduardo e Orlandi, Eni P. (orgs.)(1996) *Língua e Cidadania*, Campinas, Pontes.

MACIEL, Maximino (1996) “Breve Retrospecto sobre o Ensino da Língua Portuguesa”, em *Relatos*, nº3, Junho, Campinas, IEL-UNICAMP.

ORLANDI, Eni P. (org.)(2001) *História das Idéias Lingüísticas*, Campinas/Cáceres, Pontes/Unemat Editora.

ORLANDI, Eni P. (2002) *Língua e Conhecimento Lingüístico*, São Paulo, Cortez Editora.

RIBEIRO, João (1906) *Diccionario Grammatical*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 3ª edição.

RIBEIRO, João (1933) *Grammatica Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 22ª edição.

RIBEIRO, Joaquim (1960) “A posição doutrinária de João Ribeiro na historiografia nacional”, em Ribeiro, João. *História do Brasil*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro.